

APRESENTAÇÃO

(do Livro Marx e a Divisão do Trabalho no Capitalismo – Liana França Dourado Barradas – São Paulo: Instituto Lukács, 2014)

O Capitalismo, considerados seus mais de cinco séculos de existência, apresenta em sua história grandes saltos na capacidade humana de conhecer e de transformar o mundo natural, através dos meios mais adequados à superação da escassez herdada dos períodos históricos precedentes. Grandes inovações e descobertas favoreceram o aumento da capacidade produtiva dos homens e a instauração de uma nova relação social, fundada entre aqueles que possuíam os meios de produção necessários a estes fins, e aqueles, desprovidos deles, que se submeteram à única forma de sobrevivência disponível na era que se iniciava – vender-se como força de trabalho.

Esta renovada forma de exploração entre os homens não se constituiu em obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas e ao crescente domínio do homem exercido sobre a natureza, ao contrário, foi uma das condições necessárias para que o Capitalismo se desenvolvesse, tendo como força motriz a acumulação privada e concentrada da riqueza. Essa acumulação de capital é que tornou possíveis os avanços produtivos alcançados e a melhoria das condições materiais de vida na sociedade moderna.

Para isso teve que empreender grandes revoluções contra a ordem feudal, traçando um caminho gradativo, mas inexorável, no sentido da expansão do novo sistema de produção e da consolidação da nova relação social, agora entre o capital e o trabalho assalariado. O liberalismo teve que superar as políticas mercantilistas do período da chamada acumulação primitiva, pois estas já haviam cumprido sua função. A consolidação da ordem do capital exigia, então, a destituição de quaisquer barreiras à livre apropriação da riqueza pulsante que vertia caudalosa da mais-valia na produção manufatureira, depois industrial, e à expansão da circulação mundial de mercadorias para além dos limites nacionais.

Neste período, o caráter progressista da nova ordem se impunha e exigia novos ordenamentos produtivos, uma justificativa ideológica que sustentasse as transformações em curso, e a demonstração de uma insuspeita eficiência econômica. Adam Smith e os economistas clássicos atenderam a essa necessidade. Com muito mais brilhantismo e clareza que os demais, Smith viu na divisão do trabalho a origem de toda a prosperidade.

Smith enxergava com otimismo o crescimento da capacidade produtiva inaugurada pelo capitalismo, e afirmava que a divisão do trabalho é que “gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até as camadas mais baixas do povo.” Com a venda da força de trabalho, todo trabalhador teria como trocar uma quantidade de seu trabalho por bens de interesses dos demais trabalhadores e, assim, se obteria o fornecimento “em abundância [daquilo] de que carecem, e estes, por sua vez, com a mesma abundância, lhe fornecem aquilo de que ele necessita: assim é que em todas as camadas da sociedade se difunde uma abundância geral de bens”. (SMITH, 1983, p. 45-46)¹

A divisão de trabalho explicava a prosperidade, imputava a todos os homens um impulso natural à troca, colocando-os em situação de igualdade, sendo, portanto, tal igualdade somente passível de alteração em razão da capacidade de cada um aproveitar as oportunidades e, assim, obter uma posição social mais ou menos vantajosa em relação aos demais.

Esse conceito – a divisão do trabalho - assume, neste período, uma importância teórica despercebida na história anterior. Smith, no espírito do liberalismo, se contenta com uma justificativa moral e natural à nova desigualdade que ela introduz. Mas nem todos. Marx vai examinar sua função na afluyente sociedade de mercadorias em desenvolvimento e vai encontrar uma relação estrutural de desigualdade entre os que têm o controle e a posse dos

¹ SMITH, Adam. A Riqueza das Nações, Vol I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

meios de produção e aqueles que efetivamente produzem a abundância, desvelando a mistificação da igualdade liberal, pois são estas distintas funções sociais que passam a determinar a posição que cada um ocupa na sociedade e, portanto, as classes da nova ordem do capital.

A contribuição de Marx na desmistificação da naturalização do processo de produção e acumulação do capital, e, portanto, de suas iníquas consequências sociais, admitidas, mas justificadas pela Economia Clássica, foram suficientes para forjar uma contraposição crítica radical àquela explicação econômica e filosófica do mundo. E mais, por se tratar de uma teoria social crítica abrangente, Marx não poderia discorrer sobre a função social da divisão do trabalho na sociedade capitalista sem dissecar todos os fundamentos ontológicos desta mesma sociedade do ponto de vista da totalidade de suas determinações sócio-históricas, das mais simples às mais complexas. Entre outras, para entender o papel da divisão do trabalho, foi necessário começar pela mercadoria, explicitar a teoria do valor, seguir pela relação do capital com a propriedade privada e do trabalho assalariado com os proprietários de capital, mencionar o inexorável controle e subordinação de classe na produção da vida, condição vital para a extração da mais-valia (trabalho excedente) e a acumulação ampliada de capital, entre tantos outros conceitos e relações que constituem a totalidade do sistema do capital. O que se depreende de sua obra seminal - *O Capital* - é que a expropriação dos meios de vida dos trabalhadores, realizada pelo capital em sua acumulação primitiva, torna-se pressuposto para a consumação da expansão e da abundância alcançadas pela ordem do capital, ao mesmo tempo em que esta requer um aprofundamento da divisão social do trabalho e a subordinação incontestável do trabalho ao capital, e todas as demais hierarquias daí decorrentes.

Não há para Marx, e o livro *MARX E A DIVISÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO* recupera estas determinações fundamentais no livro I de *O Capital*, qualquer possibilidade de igualdade real entre os homens se a separação entre produtores e meios de trabalho permanecer como base da produção dos bens materiais e espirituais que sustentam uma dada existência social. Poderão ver também no decorrer da leitura que, para Marx, divisão de trabalho e divisão social (hierárquica) de trabalho tem uma diferença ontológica indisfarçável. A divisão social de trabalho, analisada por Marx, sempre implica na exploração do homem pelo homem, sendo identificável a partir da era moderna até os dias de hoje, onde quer que o capital se encontre no comando da produção e da reprodução sociais.

A exposição realizada pela autora dos fundamentos ontológicos da divisão social do trabalho no capitalismo feita por Marx auxilia-nos também enxergar com mais clareza os 70 anos de experiência soviética. Lá a classe trabalhadora jamais pode exercer o efetivo poder e controle sobre os meios de produção, pois a força de trabalho e o trabalho excedente eram alocados pelo Estado com base na arbitrariedade política, e em defesa da “acumulação socialista” de capital. (MÉSZÁROS, 2002)² Para que isso pudesse ser legitimado e sustentado, Stalin teve, a certa altura, que “decretar” a abolição da oposição entre a cidade e o campo, e do trabalho manual e intelectual, e afirmar, em texto de 1952, que na União Soviética, os “trabalhadores físicos e o pessoal administrativo não são inimigos, mas camaradas e amigos, membros de um único corpo de produtores que está vitalmente interessado no progresso e na melhoria da produção” (*apud* MÉSZÁROS, 2002, p.748-749) Tais declarações apareceram exatamente quando o sistema socialista soviético já não conseguia ignorar os enormes problemas econômicos que enfrentava, e passou a tomar medidas legitimadoras da busca do lucro e de reconhecimento da lei do valor, critérios a serem adotados, então, pelas empresas socialistas.

Em nenhum momento na história do “socialismo” soviético - nem com Stalin, nem depois de Stalin - se chegou a superar a “subordinação estrutural do trabalho”, ou deixou de atuar sobre os trabalhadores um rigoroso “controle socio-reprodutivo hierárquico”, sob o comando do Estado e das novas personificações do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p 747 e ss).

² MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

A divisão social hierárquica do trabalho nas sociedades de classes, capitalistas ou pós-capitalistas (MÉSZÁROS, 2002), é um indicador precioso do grau de desenvolvimento alcançado na direção da emancipação do trabalho. Compreender suas determinações fundamentais é um requisito indispensável para evitarmos a reprodução de mistificações enganadoras a respeito da conquista e do controle efetivos dos trabalhadores sobre os meios materiais e espirituais que venham garantir sua existência e seu pleno desenvolvimento social.

A análise rica e cuidadosa das passagens de *O Capital*, que encontramos nesse livro, retoma o pensamento de Marx em toda sua dimensão ontológica e atualidade histórica, e nos habilita a empreender uma crítica vigorosa e necessária ao pensamento e às experiências históricas idealizadas tanto pelos defensores da ordem liberal dominante, quanto pelos responsáveis pela experiência socialista mais rica e duradoura, na sequência da revolução russa de 1917, já vivida pelos trabalhadores na luta pela superação da sociedade de classes. Tanto as sociedades capitalistas como as pós-capitalistas, na formulação de Mézáros (2002), não enfrentam, ou enfrentaram, devidamente as mistificações da liberdade e da igualdade prometidas, e a impossibilidade de realizá-las plenamente em sociedades que, para existirem, necessitam vitalmente da divisão social do trabalho. É tal a importância da divisão social hierárquica do trabalho para a reprodução da sociedade de classes que tanto os liberais clássicos como o socialismo soviético foram forçados, os primeiros, a atribuírem a ela um valor positivo ingênuo e falsificador ao alegarem que a prosperidade dela originada traria benefícios igualmente para trabalhadores e capitalistas, e os últimos a fantasiarem sobre sua abolição fictícia.

A muitas outras conclusões podemos chegar a partir da reprodução dos fundamentos da divisão social do trabalho extraídos da referida obra de Marx e expostos no livro que ora apresentamos. E a autora não deixa de indicá-las no sentido preciso de que os homens podem construir uma outra história - sem exploração do trabalho, sem divisão hierárquica do trabalho e sem capital - a partir da abundância de riqueza legada pelo sistema do capital. Uma sociedade em que aqueles que produzem são os mesmos que possuem os meios de produção, que decidem sobre o que produzir e como distribuir a riqueza social. Na qual a divisão social do trabalho perderá seu conteúdo de subordinação e de alienação, específicos das sociedades de classes.

LIANA FRANÇA DOURADO BARRADAS, ao dedicar-se à pesquisa sobre os fundamentos ontológicos da divisão social do trabalho na obra clássica de Marx, tem o mérito de ter assumido um valoroso compromisso com um debate que ainda está por ser feito à altura dos desafios históricos que a crise estrutural do capital nos tem colocado – tanto aos defensores do capital, quanto àqueles que se propõem a superá-lo. Não há como deixar de reconhecer a necessidade, e a contribuição teórica e crítica, de pesquisas como essa, agora muito oportunamente transformada em livro.

Maceió, Abril de 2014.

Maria Cristina Soares Paniago